



b) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Distrital ou da Organização de Base;

c) estabelecer o número de membros do Comitê Distrital e elegê-los para um mandato de até 2 (dois) anos. Eleger os delegados e os respectivos suplentes à Conferência Municipal ou Estadual conforme o caso. O número de delegados obedecerá à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Municipal ou Estadual.

Artigo 52 - A criação, fusão, ou dissolução do Comitê Distrital é de competência do Comitê Municipal ou do Comitê Estadual, de acordo com sua política organizativa e as necessidades de ampliação da ação política.

Artigo 53 - O Comitê Distrital dirige as Organizações de Base em sua área de atuação, orientando-as para a aplicação das decisões dos organismos superiores, a formação ideológica dos militantes, a ação junto às entidades de massas e a filiação permanente de novos membros.

Artigo 54 - O Comitê Distrital recebe contribuições das Organizações de Base sob sua responsabilidade e envia regularmente uma quota ao Comitê Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

Artigo 55 - As Organizações de Base, os alicerces do Partido, são constituídas onde houver 3 (três) ou mais membros ao Partido.

Artigo 56 - Às Organizações de Base compete:

a) organizar os membros do Partido em sua área de atuação;

b) fixar e receber as contribuições mensais de seus membros, de acordo com as normas estipuladas;

c) enviar regularmente contribuições ao organismo superior;

d) desenvolver a propaganda das idéias, documentos, materiais e propostas do Partido;

e) contribuir para a elevação do nível político e cultural da população através de atividades afins;

f) divulgar e aplicar a política do Partido, assim como recolher junto à população subsídios para a formulação dos programas de ação e da linha política;

g) manter estreita ligação com o povo e defender seus interesses;

h) apoiar a atividade das entidades populares não partidárias orientando seus membros nesse sentido;

i) desenvolver permanente campanha de filiação de novos integrantes para o Partido;

j) difundir entre seus membros a prática do estudo sistemático da realidade brasileira e do socialismo científico;

l) zelar pela unidade do partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

Artigo 57 - Para coordenar sua atividade, a Organização de Base deverá eleger entre seus integrantes um Secretariado.

Parágrafo 1º - A eleição do Secretariado da Organização de Base se fará em Assembleia de Base de seus membros.

Parágrafo 2º - O número de membros do Secretariado e suas funções serão fixados pela Assembleia de Base.

Artigo 58 - Nas Organizações de Base, sempre que for necessário, podem ser criadas seções de Organização de Base a critério do organismo imediatamente superior.

CAPÍTULO VIII

DAS COMISSÕES AUXILIARES E DAS FRAÇÕES

DO PARTIDO NAS ENTIDADES DE MASSAS

Artigo 59 - Os Comitês poderão, para facilitar e agilizar sua atividade, criar comissões auxiliares que terão sua ação restrita à área do respectivo Comitê.

Parágrafo único - o filiado indicado para comissões auxiliares deve manter-se vinculado ao seu comitê e organização de base.

Artigo 60 - Para conduzir o trabalho nas entidades de massas funcionarão as Frações integradas pelos comunistas que ali atuam.

Artigo 61 - As Frações do Partido, conforme o âmbito das entidades de massas em que atuem, ficarão sob a direção e o controle dos Comitês correspondentes do Partido e, em todos os assuntos, aplicarão as decisões por estes adotadas.

Artigo 62 - Cada Fração terá uma Coordenação designada pelo Comitê do Partido que a dirige.

Parágrafo Único - A Fração não equivale a uma Organização de Base do Partido. Seus membros participarão e atuarão, obrigatoriamente, nas Organizações de Base de sua empresa, escola ou local de moradia.

CAPÍTULO IX

DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Artigo 63 - É criado o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais "Maurício Grabois", órgão de cooperação do Partido Comunista do Brasil, com o objetivo de:

a) realizar estudos e pesquisas sobre os problemas econômicos, sociais, políticos e culturais da realidade brasileira;

b) contribuir para a elaboração dos cursos de formação e atualização política;

c) organizar temas para ciclos de estudo, conferências, seminários e simpósios;

d) assessorar, quando solicitado, a direção do Partido, e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições.

Artigo 64 - O Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Maurício Grabois a fim de realizar seus objetivos poderá celebrar convênios ou contratos com terceiros, nos termos fixados em lei.

Parágrafo 1º - Os membros da direção e administração do Instituto serão designados pela Comissão Política Nacional, no âmbito nacional e, nos Estados e Municípios, pelas respectivas Comissões Políticas, por tempo coincidente com o mandato da Comissão Política que os designou.

TÍTULO III

DO ACERVO PATRIMONIAL, DAS FINANÇAS E DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

CAPÍTULO I

DAS FINANÇAS E DO PATRIMÔNIO DO PARTIDO

Artigo 65 - Os recursos financeiros do Partido são constituídos por:

a) contribuições dos membros;

b) contribuições especiais dos filiados que estiverem no exercício de cargos públicos, eletivos ou não, indicados pelo Partido.

c) campanhas financeiras realizadas pelo Partido;

d) recursos do Fundo Partidário;

e) outras contribuições não vedadas em lei.

Parágrafo 1º - As contribuições a que se referem as alíneas "a" e "b" serão fixadas pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º - Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão distribuídos na seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) para o Comitê Central e 50% (cinquenta por cento) para os Comitês Estaduais.

Artigo 66 - O Patrimônio do Partido é constituído por:

a) renda patrimonial;

b) doações e legados;

c) bens móveis e imóveis de sua propriedade.

Parágrafo único - Cabe aos Comitês em cada nível decidir sobre a administração do patrimônio social, adquirir, alienar, arrendar, ou hipotecar bens, bem como receber doações.

Artigo 67 - Os membros do Partido não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido.

CAPÍTULO II

DA CONTABILIDADE

Artigo 68 - As Comissões Políticas em cada nível prestarão contas de sua receita e despesa, aos seus respectivos Comitês.

Artigo 69 - O Partido, através de seus organismos dirigentes Nacional, Estaduais e Municipais, prestará contas anualmente à Justiça Eleitoral das receitas e despesas realizadas, nos termos da lei.

Artigo 70 - No período eleitoral os candidatos poderão receber, sob controle dos Comitês de cada nível, doações para a campanha eleitoral em dinheiro, bens ou serviços, nos termos da lei.

Artigo 71 - Cada candidato, sob controle dos Comitês em cada nível, poderá despende recursos próprios na campanha eleitoral, observadas as disposições legais, as diretrizes e resoluções dos organismos de direção partidária.

Artigo 72 - Os Comitês em cada nível, movimentarão os recursos da campanha eleitoral em conta bancária, promovendo escrituração contábil das finanças da campanha, bem como sua prestação de contas nos termos da lei.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 73- Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Comitê Central do Partido.

Artigo 74 - Este Estatuto entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial da União e na imprensa partidária.

Parágrafo Único - Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral será decidida e encaminhada pelo Comitê Central.

Artigo 75 - Revogam-se as disposições em contrário.

São Paulo, 25 de março de 2002

JOSÉ RENATO RABELO

Presidente Nacional do PCdoB

(Nº 32018 - 05/04/02 - R\$ 5.774,56)

COMITÊ CENTRAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 10 DE MARÇO DE 2002

Estabelece normas para a escolha e substituição dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Senador e Suplentes, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, bem como para formação de coligações às eleições de 2002.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em cumprimento ao que estabelece a Lei 9.504/97 (art. 7º) e o Estatuto partidário (art. 29, alíneas "c", "e" e "f", c/c o art. 38, alínea "e"), aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º - A escolha dos candidatos a presidente e a vice-presidente da República e a deliberação sobre coligação em nível nacional dar-se-á em reunião plenária do Comitê Central no período de 10 a 30 de junho de 2002.

Parágrafo único - Em caso de substituição de candidato a Presidente da República ou a Vice-presidente da República, a mesma será feita em reunião plenária extraordinária do Comitê Central ou de sua Comissão Política.

Art. 2º - A escolha dos candidatos e a deliberação sobre coligações e alianças para as eleições de governador e vice-governador de Estado, de dois senadores e seus suplentes, de deputado federal e deputado estadual e deputado distrital será feita pela respectiva Conferência Estadual (ou Regional no Distrito Federal) do Partido, ad referendum do Comitê Central. (Estatuto, art. 38, alínea "e").

Art. 3º - O Comitê Central reunirá-se até o dia 2 de julho, para apreciar, em última instância, todas as alianças e coligações estabelecidas pelas Conferências Estaduais, podendo, de acordo com o Art. 29, letras "f" e "i", impugnar ou referendar as alianças e coligações estabelecidas com outros Partidos políticos, valendo ainda tal decisão para o conjunto dos candidatos em plano estadual.

Parágrafo único -- O Comitê Central julgará, em instância recursal, todos os pedidos de impugnação interpostos por filiados ou direções partidárias, referentes a candidaturas a cargos eletivos estaduais.

Art. 4º - A Conferência Estadual será convocada pelo Comitê Estadual respectivo, para realizar-se entre 10 e 30 de junho de 2002 (Lei 9504/97, art. 8º, Estatuto, Art. 40, alínea "a") ou de forma extraordinária pelo próprio Comitê Central (Art. 37 do Estatuto).

Parágrafo Único - O registro dos candidatos, alianças e coligações só poderá ser requerido após decisão da Conferência realizada e deverá ser feito até o dia 5 de julho (sexta-feira), conforme o previsto em Lei;

Art. 5º - A Conferência Estadual será aberta e instalada pelo Presidente do Partido, e na sua ausência, por seus substitutos regimentais.

Art. 6º - A Conferência Estadual constituir-se-á de delegados eleitos em Conferências Municipais, as quais, são precedidas de Conferências Distritais ou de Empresa, onde houver o respectivo Comitê, ou de Assembleias de Base para as quais são convocados todos os filiados do Partido.

§ 1º - Nos municípios onde o Partido não possuir Organizações de Base, Comitês Distrital ou de Empresa, a Conferência Municipal constituir-se-á da Assembleia dos filiados no município.

§ 2º - A Conferência Estadual se instala e funciona estando presentes a maioria dos seus delegados eleitos.

Art. 7º - Caberá ao Comitê Estadual apresentar para debate e deliberação da Conferência Estadual a proposta inicial de alianças, coligações e a lista dos candidatos aos pleitos majoritário e proporcional e as metas do plano de estruturação partidária.

Art. 8º - A proposta de coligação e a lista dos candidatos serão aprovadas por maioria simples de votos dos delegados. (Estatuto, art. 18)

Art. 9º - Os candidatos serão aprovados por votação uninominal.

Art. 10 - A Conferência Estadual poderá delegar ao Comitê Estadual a atribuição de decidir sobre coligação e aprovar a lista dos candidatos.

Art. 11 - A escolha do substituto de candidato que venha a renunciar, falecer ou ser considerado inelegível após o termo final do prazo do registro ou, ainda, que tiver seu registro indeferido ou cancelado, será feita pelo Comitê Estadual respectivo ad referendum da Comissão Política Nacional.

Art. 12 - Nos Estados em que os Comitês Estaduais sejam provisórios e tenham sido atingidos os preceitos estatutários (Art. 20, parágrafos 4º e 5º), a Conferência Estadual deverá eleger o Comitê Estadual definitivo.

Art. 13 - A Conferência Estadual será convocada com antecedência que permita a realização das Assembleias de Base e das Conferências Municipais, para dia, local e horário que melhor atenda as finalidades a que se destina, a critério do próprio Comitê.

Parágrafo Único - O edital de convocação da Conferência Estadual, contendo dia, local, hora e a pauta, será afixado na sede do Partido e encaminhado para afixação no mural do Tribunal Regional Eleitoral. O edital deverá ser publicado em órgão da imprensa.

Art. 14 - Da Conferência lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo:

a) assinaturas dos participantes;

b) local da sua realização, data completa e hora;

c) deliberações aprovadas;

d) a quantidade de candidatos que o Partido pretende lançar e a relação nominal dos candidatos aprovados, bem como os números a eles atribuídos;

e) breve relato dos debates havidos;

f) o poder expreso delegado ao Comitê Estadual, se for o caso; e

g) as assinaturas, ao final, do Presidente e do Secretário dos trabalhos.

Parágrafo Único - a ata será lavrada em livro próprio, aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral. (Lei 9504/97, art. 8º), podendo ser utilizados os já existentes.

Art. 15 - Os Comitês Estaduais Provisórios exercerão todas as atribuições conferidas aos Comitês Estaduais.

Art. 16 - Os casos não previstos em Lei, no Estatuto ou Regimento Interno do PCdoB, ou nesta Resolução, bem como as normas complementares, serão resolvidos pelo Comitê Central, pelo Comitê Estadual e pela Conferência Estadual.

Art. 17 - A presente Resolução deverá ser publicada no jornal A Classe Operária e entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

São Paulo, 4 de abril de 2002

JOSÉ RENATO RABELO

Presidente Nacional do PCdoB

(Nº 32017 - 05/04/02 - R\$ 1.077,12)